

Continuação da página 5

JU – **Permanecer em silêncio diante das crises sociais significa: a) um direito legítimo; b) omissão; ou c) um tempo para reflexão?**

Ferreira Gullar – Pode ser as três coisas, mas eu pessoalmente não curo manifestação de ninguém. Acho que cada pessoa tem as suas razões. Compreendo, inclusive, que muitos dos que votaram em Lula tenham se comprometido, por uma série de fatores, com o partido. Jamais vou obrá-los por coisas que não podem fazer. A minha crítica é feita mais de maneira geral, tentando explicar o que ocorreu com relação aos que silenciaram. Acho que cada pessoa tem o direito de fazer o que pode e o que considera melhor. Acho, também, que, para alguns, é um silêncio de reflexão.

O que aconteceu é bastante grave para a esquerda e para a vida política brasileira. É uma situação difícil. Sempre duvidei que o PT fosse de fato um legítimo representante da esquerda. Não que o PT não fosse de esquerda, mas era uma esquerda com a qual eu não concordava. Para mim, era uma esquerda que tinha origens muito radicais e era pouco consciente dos limites da realidade – propondo coisas absurdas, fazendo críticas a todos os governos, mesmo quando eles estavam certos... Não acho que isso seja uma característica da esquerda, mas sim uma forma de demagogia.

Como, por exemplo, um partido de esquerda pode se opor a que o Brasil assine um tratado de não-proliferação de armas nucleares? Não tem cabimento, num país cheio de problemas como o nosso, desviar dinheiro da educação, da saúde, do saneamento, para fazer arma nuclear. São coisas desse tipo que jamais pude aceitar. Outras: se opor a criação do Fundef, à Lei de Responsabilidade Fiscal. Jamais votaria num partido que tem essas atitudes.

Lula diz agora que, em caso de punir, é preciso avaliar, tem que ter provas, tem que levar em conta que todo mundo é inocente. É bom lembrar que o PT foi o contrário disso a vida inteira. O partido colocava no calvário todos aqueles que se opunham a eles. Espalhava os nomes de deputados pelo país inteiro quando votavam em alguma coisa que eles consideravam errado...

Há um grau de hipocrisia muito grande. Basta ver a propaganda que o PT faz hoje, cujo slogan é “mudar para continuar a ser o melhor”. Isso é cinismo. Como pode ser o melhor? Acabou de provar que é corrupto. Na verdade, vai continuar a ser o pior... Trata-se de uma falsa mudança.

Lutar por uma sociedade justa é um ideal anterior ao socialismo. O homem criou a justiça sendo injusto. A necessidade de justiça é fundamento da sociedade. Eu sou de esquerda, fui do Partido Comunista, mas não foi a esquerda que inventou a luta pela justiça social. Não é a derrota de um partido de esquerda que vai acabar com isso. Mesmo com a derrocada do socialismo, não há porque deixar de lutar por uma sociedade justa.

Eu acho que nunca haverá a sociedade perfeita, mas isso não significa que não se possa melhorar a sociedade a cada dia. No mundo contemporâneo, há países que têm melhores condições e são mais justos do que o nosso. É só olhar o mundo, nós estamos entre os mais injustos. Não tem que esquecer isso. Vamos nos concentrar na situação do nosso próprio país e tentar melhorar as condições de vida do nosso povo, independentemente dos componentes ideológicos.

Helio Jaguaribe – Significa, sobretudo, omissão. É claro que todas as pessoas têm direito a certos silêncios. Ninguém é obrigado permanentemente a falar, por razões diversas. Mas quando, como no caso a que estamos nos referindo, o silêncio decorre de que o compromisso com o partido é superior ao compromisso com as ideias e com os projetos, trata-se de uma omissão que considero intelectualmente inaceitável.

Ricardo Antunes – Desde que a dívida seja uma expressão dotada de autenticidade, me parece legítima. Por vezes o silêncio é necessário, até para avançar na reflexão crítica. Mas, para um intelectual de esquerda, a



Seminário “O Silêncio dos Intelectuais – Cultura e Pensamento em tempos de incerteza”, realizado em 23 de agosto em São Paulo

## ‘A beatitude de quem silencia injustiças, sobretudo as políticas, é imoral’

omissão, isto é, o refúgio frente a uma situação desconfortante, onde já há elementos de compreensão, mas não há a vontade de externar essa percepção, aí o problema me parece mais complicado. Com relação ao chamado “silêncio dos intelectuais”, o que alguns que sempre falaram, de repente tenham se emudecido.

Se não queremos aqui condenar os que silenciaram, queremos, entretanto, o direito de exercitar a crítica. Se assim fizemos durante o governo FHC, porque deveria ser diferente frente ao servilismo do governo Lula?

Assim como nunca escondi, como intelectual de esquerda, minha posição nos embates teóricos e políticos, desde os tempos da ditadura militar, não seria agora, frente ao transformismo do PT e sua conversão em Partido da Ordem, que deveríamos silenciar.

Por fim, tive *no passado* enorme respeito pelo Lula, mas nunca fui *lulista*. Esse nem sempre foi o traço dominante em muitos intelectuais dentro do PT, que hesitavam em contestar Lula, quando não o bajulavam. Por isso alguns deles me pareciam um pouco acobalhados hoje. Mas é sempre de bom alvitre lembrar, especialmente em nosso ofício, o que disse o mestre Guimarães Rosa: “pão e pães, questão de opiniões...”

Roberto Romano – Não existe pensamento sem a pausa, sem o silêncio, como também não existe música. Calar ou falar com sentido requer prudência. Se os abusos do poder são gritantes, é dever apontar ao público o que se passa nos gabinetes escondidos, mesmo que isto resulte em processos judiciais, prisões, exílios, e o resultado seja a solidão. Quando Voltaire denunciou o caso Calas, não recebeu apoio da sociedade. Ao escrever o tremendo *Eu acuso*, Zola não se tornou “popular”. No instante em que dirigiam o Tribunal sobre os Crimes no Vietnã, Sartre e Bertrand Russell recolheram, no começo, apenas zombarias.

JU – **Em suma, qual é o papel do intelectual em tempos de crise?**

Os humanos desejam a felicidade, a paz de alma. Mas a beatitude de quem silencia injustiças, sobretudo as políticas, é imoral. A vida livre brota de situações em que domina o medo. A solidão dos que nadam contra os dogmas, as investidas da má-fé e do interesse mesquinho, os ganhos materiais dos que usam seus talentos para bajular os donos do mercado e da política, todas as exhibições da força exercida pela massa, desanimam os que se candidatam ao papel de intelectual. O mais lancinante é que muitos desistem e tombam nos braços de uma seita ou partido. E fazem o que antes criticavam, com acidez cínica.

Existem duas vias nos dias atuais para os acadêmicos: se sujeitam às lideranças e servem como justificadores de opiniões, ou se levantam contra os ventríloquismos que deles se espera. Na Argélia destrocada, as páginas dos jornais traziam notícias de muitos massacres cometidos. No jornal *Le Figaro*, eram salientadas as perveridades dos colonizados, nunca a dos colonizadores. Quando os primeiros atacavam militares franceses, o *Figaro* escrevia: “Hoje o Senhor François Mauriac acordou feliz. Conseguiu outras mortes francesas”. Tal é o “reconhecimento” ao intelectual católico que lutou, com Georges Bernanos, contra o racismo nazista. Tal é o “reconhecimento” ao autor do libelo contra o Estado francês (*Imitation des bourgeois de Jesus-Christ*, 1954) onde, claramente, ele denuncia o “Estado torturador”.

Os intelectuais “pastores” (que reforçam os psitacismos e slogans da organização partidária e fornecem “razões” aos militantes) sempre acham um jeito de promover o “cerco” aos críticos. Eles se parecem aos católicos definidos por Merleau-Ponty: todos se dizem “culpados no presente, inocentes em relação ao préterito, infalíveis no futuro...”

Ferreira Gullar – Acredito que o próprio período histórico – entre 1950 e 1970 – tem características diversas, que estimularam a participação do intelectual, dada a grande efervescência social que se verificou no país. Tinhamos a revolução cubana, a expectativa de

Ferreira Gullar – Confesso que não participo muito dessas coisas teóricas. Acho que cada um tem que atuar de acordo com as suas possibilidades. Eu, pessoalmente, é que sou motivado a participar das coisas. Por outro lado, conheço outros intelectuais que são pessoas íntegras e que têm senso de justiça, mas que cujo tempo para lutar não os induz a uma participação aberta. Acho que cada um tem que ter a consciência de seus compromissos com a sociedade e agir de acordo com as suas possibilidades.

Helio Jaguaribe – É discutir e analisar a crise. É constatar as dimensões em que essa crise se revela e determinar as causas que conduziram a ela.

Ricardo Antunes – É refletir livremente sobre seus elementos, tentar compreender suas origens, captá-las pela raiz. Exercitar o espírito crítico, buscar seus nexos causais e oferecer alternativas que possam ser assumidas e implementadas. E não cair na balela de que há uma alternativa para a *totalidade da sociedade*. Ao contrário, é buscar as diferenças, as tradições, os distintos interesses, os diferentes projetos e as diferentes alternativas. O que é um enorme e imprevisível desafio neste século atormentado em que vivemos.

Roberto Romano – Creio que a resposta anterior diz o que penso desse aspecto.

JU – **Entre as décadas de 50 e 70, os intelectuais ocuparam um papel central na cena política brasileira – formularam políticas públicas, pensaram o Estado e a cultura, e resistiram ao arbítrio. O que mudou de lá para cá?**

Ferreira Gullar – Acredito que o próprio período histórico – entre 1950 e 1970 – tem características diversas, que estimularam a participação do intelectual, dada a grande efervescência social que se verificou no país. Tinhamos a revolução cubana, a expectativa de

Foto: Michele Milano/Sec

como as greves operárias, as ações estudantis, as práticas culturais dos anos 60/69, e posteriormente, nos anos 70, com a retomada do movimento operário, do sindicalismo etc.

Talvez o aspecto mais nefasto daquilo que chamamos de neoliberalismo, esse culto ativo de um *individualismo possessivo* que se quer introjetar cada vez mais na subjetividade dos despossuídos, a monumental onda conservadora em amplitude global, depois das derrotas de 68, tudo isso nos levou a uma outra contextualidade histórica, de corte acentuadamente conservador. É essa “jaula de ferro” que temos hoje que romper. Do Fórum Social Mundial às lutas no mundo contemporâneo, esse novo Século continua a nos desafiar, analítica e politicamente.

Roberto Romano – Mudam o Estado e a publicidade. A privatização afasta aplicações dos impostos em saúde, educação, segurança, ciência e tecnologia. Muitos intelectuais (nem todos nem a maioria) lutaram contra o arbítrio ditatorial, mas a vitória, no regime democrático, no plano econômico (em doutrina e prática) foi obtida pelos... intelectuais que pensam com a lógica recusada nos anos 50 e 60 e 70 do século XX. Delfim Netto é lído e festejado pelos dirigentes petistas. Os livros de Florestan Fernandes (e de outros) não entram nos palácios e são cultuados no MST.

JU – **Em entrevista ao Jornal da Unicamp em 2004, Celso Furtado argumentou que o intelectual de hoje não acredita mais no Estado, cujo papel teria sido esvaziado pela conjuntura global. O senhor concorda?**

Ferreira Gullar – Concordo, mas além das transformações na economia internacional – que de algum modo provocaram esse desprestígio do Estado como centro da economia –, houve também a derrocada do sistema socialista, que exerceu influência sobre o comportamento da intelectualidade. De algum modo, desabou o ideal de uma sociedade socialista. Não é que voce considere que o cidadão deva se conformar com a desigualdade e a injustiça, mas a luta por uma sociedade mais justa mudou de qualidade.

Helio Jaguaribe – Discordo, completamente. Existe uma mistificação neoliberal que consiste precisamente em dizer que o Estado desapareceu, que o mercado é onipotente, que as forças são incontroláveis e que simplesmente as pessoas têm que seguir a grande maré da história. Esta versão é ideológica. Favorece precisamente aqueles que estão interessados na sutadadura indicou uma mudança na situação do país. Acho que hoje as condições são outras.

Helio Jaguaribe – Eu creio que mudou o seguinte: no período de que estamos falando, havia um grupo importante de intelectuais independentes agrupados nessa instituição que teria um papel tão importante no Brasil, que foi o Iseb. Depois da crise de 64 e com o exílio de muitos intelectuais, a retomada da vida intelectual no Brasil se fez, sobretudo, no âmbito das universidades, implicando num maior profissionalismo, no compromisso com uma visão setorializada das coisas, de acordo com as várias ciências. Com isso, ficou reduzida a motivação do intelectual para atuar naquilo que Gramsci chamava de intelectual orgânico. No momento atual, há poucos intelectuais orgânicos no Brasil, mas eles ainda existem.

Ricardo Antunes – O intelectual em geral é uma abstração. O intelectual de feição neoliberal, por exemplo, quer o completo definhamento do Estado, naquilo que concerne aos direitos coletivos e sociais, à educação pública, à saúde e previdência social etc. para preservar o estado enquanto gestor do capital em amplitude global. Mas aqui também as gradações e diferenciações são amplas. Dentre os intelectuais de esquerda, há um forte debate, que vai desde as correntes fortemente estatistas, que praticam um certo fetichismo do Estado, até aqueles que, reconhecendo o papel e o significado do Estado na sociedade de classes (por mais opacidade que ela possa assumir), reconhecem os limites do Estado e a necessidade de sua superação. Em plena era da mundialização do capital, por exemplo, se por um lado o Estado nacional se enfraqueceu frente às corporações transnacionais, especialmente nos países que estão fora dos centros da mun-

dialização, por outro lado, quem hoje seriamente contesta a força destrutiva do Estado imperial norte-americano?

Se a mundialização do capital é multiforme quando ao fortalecimento/enfraquecimento do Estado hoje, nas esquadras o debate deve voltar com força, neste século XXI, ao menos quando se olha menos para o presente e mais para o futuro: na busca de uma sociedade marcada por valores humanossociais, devemos lutar o estado ou romper com o culto fetichista que permeou amplas parcelas da esquerda?

Roberto Romano – Apesar do respeito que sentimos por Celso Furtado, receio que o enunciado “conjuntura global” seja o equivalente de “corporações”. Existem juristas internacionais que se dedicam a prever o que acontecerá com os indivíduos e grupos se o Estado soberano desaparecer. Quem garantirá os direitos humanos? Quem impedirá que se imponha a escravidão e que pessoas sejam apenas suporte para experimentos? Quem permitirá aposentadorias, saúde, etc? Antes do Estado, a Igreja remediava as situações coletivas mais graves, na Idade Média, com o trabalho de seus padres, médicos, monges, intelectuais. E depois? Hoje, muitas corporações possuem mais poder e força do que vários Estados. Elas tornam-se o núcleo da força sem disfarces. E tal força compra, o termo é bem este, os intelectuais que a elas se sujeitam. Como aliás, os intelectuais nazistas também mereceram a denominação. Este é um ponto que só pode ser encaminhado com o máximo realismo.

É bom saber, entretanto, que nenhum intelectual nasce do nada. Eles são formados num contexto ético. Quem deseja saber o que ocorrerá com os intelectuais e com o Estado, ou com as corporações, analise a maneira pela qual formamos os nossos alunos.

JU – **Até que ponto a independência é condição sine qua non para o desempenho da atividade intelectual? Ou seja, ainda há espaço para o “intelectual orgânico”?**

Ferreira Gullar – Muitas vezes, o sujeito tem uma consciência de determinadas atitudes que poderia tomar, mas não consegue executá-la pelas condições em que vive, pelas limitações de sua própria sobrevivência. São dados que não se pode ignorar. O ideal é você ter autonomia para poder opinar livremente. Isso nem todo mundo tem, mas eu não acredito também que as pessoas queiram não ser independentes. Acho que, quando as pessoas não têm independência, é porque não conseguiram ter. Com isso, não estou salvando a cara dos que são submissos, corruptos e convenientes. Estou falando das pessoas íntegras, que muitas vezes não podem se manifestar por não terem condições para fazê-lo.

Helio Jaguaribe – Eu creio que sim. A independência é uma condição pessoal. É preciso ser realista. Uma sociologia do intelectual revelará que, em determinadas condições históricas, é sempre possível uma inserção intelectual que seja satisfatória para o atendimento das necessidades mínimas de cada qual, e que seja totalmente independente.

Ricardo Antunes – A independência, em todas as suas dimensões, livre dos condicionantes do mercado, das imposições e injunções políticas, dos constrangimentos religiosos, é indispensável para que a atividade intelectual possa ser livre, crítica e profícua. E por isso que o mundo destrutivo do mercado, hoje, sonha e age para liquidar com a universidade pública. Se os partidos frequentemente oscilam entre a dogmática, por um lado, e o agenciamento do poder, por outro; se a empresa é por excelência o que Richard Sennet caracterizou como sendo o *locus* gerador da “corrosão do caráter”, não me parece que possa haver espírito crítico e radical fora da independência, liberdade e autonomia, três fundamentos da atividade intelectual.

Roberto Romano – Os “intelectuais orgânicos” no Brasil e no mundo mostraram para que servem: apenas e tão somente para universalizar palavras de ordem e justificar o poder.

Eles são uma edição renova de Glauco e de Trasímaco. Mesmo que em determinadas situações, em proveito próprio, se caíem.

JU – **Até que ponto a especialização acadêmica e a ideia de produtividade impedem que o intelectual tenha uma visão sistêmica do que acontece ao seu redor? Isto procede?**

Ferreira Gullar – Acho que isso vem, em parte, de alguns problemas da própria cultura universitária, mas vem também das condições do país da época. Não se pode comparar hoje com os anos 60 e 70. São épocas muito diferentes, com condicionamentos diferentes. Basta fazer uma panorâmica das publicações e das instituições que existiam na época. Havia a expectativa da possibilidade de mudar a sociedade. Quando essas possibilidades pareciam reduzidas, as coisas mudam. Se desaparece a bandeira do socialismo, que foi importante durante mais de um século, incendiando a imaginação das pessoas generosas, é evidente que isso tem uma consequência sobre o comportamento das pessoas.

Quando terminou a ditadura, surgiu aquela coisa do patrulhamento – as pessoas queriam, a qualquer preço, que os compositores continuassem a fazer música política. Mas o problema é que o quadro tinha mudado, as pessoas queriam fazer também música lírica, canções de amor. Os sectários, entretanto, queriam que os caras continuassem a fazer música política. Quer dizer, há uma incompreensão. As pessoas têm que ter o direito de agir como elas querem e podem agir. O julgamento é correto, mas não acho certo é se estabelecer padrões que devem ser obedecidos. A vida é complexa demais. Existem fatores muito variados que podem determinar ou não o comportamento das pessoas. Não há dúvida de que hoje a época é muito diferente dos anos 60 e 70, e que não há o mesmo tipo de estímulo para a participação.

Helio Jaguaribe – Procede, em parte. Procede na medida em que a profissionalização acadêmica gera essa coisa extremamente importante que é o intelectual especializado em determinadas disciplinas – em suma, um intelectual que se torna um trabalhador operacional como qualquer cientista. Por outro lado, isso não impede que intelectuais, sobretudo aqueles de formação humanística, mantenham uma posição de abertura crítica em relação à sociedade e ao mundo.

Ricardo Antunes – A questão aqui é difícil. A especialização pode ser muito positiva, quando ela permite, como no caso de áreas dentro das ciências médicas e também nas ciências exatas, um avanço real no processo de conhecimento.

Mas cuidado para não se borrar as claras diferenças e especificidades existentes entre as ciências duras e as humanidades. Nas ciências humanas, por exemplo, sua excessiva especialização pode converter-se numa espécie de *taylorização* da atividade científica, com resultados muitas vezes negativos. Mas, pode-se também avançar, num estudo específico e concreto, e a partir dele, fazer ligações de maior abrangência e amplitude.

Mas quanto à “produtividade”, termo por demais comprometido, penso que devemos mostrar que, predominantemente, ela é uma forma nefasta de intransigência do mercado e seus (des)valores para a universidade, com o objetivo central de *tecnologização* da ciência, pautando-a por critérios e elementos presentes na razão instrumental.

Roberto Romano – Tenho dúvidas também sobre tal ponto. Porque é necessária uma “visão sistêmica”? Isto não seria o resquício do platonismo e do outro; se a empresa é por excelência o que Richard Sennet caracterizou como sendo o *locus* gerador da “corrosão do caráter”, não me parece que possa haver espírito crítico e radical fora da independência, liberdade e autonomia, três fundamentos da atividade intelectual.

Roberto Romano – Os “intelectuais orgânicos” no Brasil e no mundo mostraram para que servem: apenas e tão somente para universalizar palavras de ordem e justificar o poder.

## Manifesto pede rigor nas investigações

Manifesto produzido por um grupo de intelectuais da Unicamp exige rigor nas investigações sobre a corrupção, “inclusive aquelas que apontem em direção à Presidência da República e possam redundar na instauração de um processo de impeachment [contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva]”. Intitulado *Pela investigação rigorosa da corrupção, pela punição dos envolvidos e pela democracia*, o documento foi assinado por cerca de 150 intelectuais de todo o país, a maioria dos quais professores universitários. Estão entre os signatários: Francisco de Oliveira (USP), Muniz Ferreira (UFBA), Leda Paulani (USP), Carlos Eduardo Carvalho (PUC-SP), Reinaldo Carcanhó (UFES), Mário Maestri (UPF), Paulo Arantes (USP) e Laymert Garcia dos Santos (Unicamp).

Segundo um dos idealizadores do documento, professor Armando Boito (FCH/Unicamp), “o manifesto aponta os limites da democracia brasileira, o vínculo dessa democracia restrita com o modelo econômico excludente e defende a apuração rigorosa e sem condescendência de corrupção com a punição de todos os culpados, considerando que isso faz parte da luta pela ampliação da democracia no Brasil. As investigações devem ir até o fim”. O próprio Boito promoverá o lançamento simbólico do manifesto no dia 20 próximo (terça-feira), no Auditório I do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, durante o debate “A esquerda e a crise política do governo Lula: que crise é essa”, do qual participarão também os economistas Plínio de Arruda Sampaio Jr. e Ricardo Carneiro, ambos docentes do Instituto de Economia (IE) da Unicamp, e o jornalista Altamiro Borges (Revista Debate Sindical). O debate começa às 14 horas. *Leia a íntegra do manifesto.*

### Pela investigação rigorosa da corrupção, pela punição dos envolvidos e pela democracia

A crise atual revelou os limites da democracia brasileira, e as manobras em curso, que visam poupar os corruptos, podem estreitá-la ainda mais.

Depois de muitos anos de luta contra uma violenta ditadura militar, chegamos a um regime democrático esquelético, que não rompeu claramente com o passado ditatorial. Sob forma nova, permanecem alguns dos instrumentos espíritos da ditadura, dos quais são exemplos o acampamento da função legislativa pelo Executivo, a multiplicação de foros privilegiados para julgar mandatários e burocratas, a ação subterrânea das forças de segurança militarizadas ao seio do Estado, a ausência da plena liberdade de organização para os trabalhadores e a prática de tortura e do assassinato pelos órgãos policiais. Desenvolveram-se também, sem nenhum freio, alguns dos instrumentos pelos quais o poder econômico e as instituições do Estado podem distorcer os mecanismos de expressão da vontade popular, como a intervenção direta dos organismos econômicos internacionais na definição da política econômica do Estado brasileiro, o monopólio exercido por um reduzido número de grandes grupos econômicos sobre os meios de comunicação, o sistema de financiamento de campanhas eleitorais que nada mais é que um sistema para comprar candidatos e candidaturas, a conversão dos votos de deputados e senadores em mercadoria que é negociada quase que à luz do dia com vultuosos recursos de origem escusa, a total falta de controle dos representantes pelos supostos representados e a consolidação de um presidencialismo que se parece com o poder imperial. Esse tipo de democracia tem sido útil para preservar o modelo econômico neoliberal, mas não para atender os interesses da maioria da população brasileira.

Depois de conquistarem o voto popular na eleição de 2002, o Governo Lula e o PT, sob a direção do Campo Majoritário, aderiram a aquelas práticas. Chegamos a uma situação em que, dentre os grandes partidos políticos, ninguém pode atirar a primeira pedra. Desde que surgiram as denúncias sobre a compra de deputados para que votassem com o governo, o PT e o Governo Lula têm dificultado as investigações, enquanto o PFL e o PSDB agem sob medida com o único objetivo de usar ilegalmente as denúncias, zelando para que a corrupção praticada por tucanos e pefelistas permaneça ignorada e não apurada.

Há também os interesses econômicos aos quais estão ligados o PFL e o PSDB. Esses partidos sacrificam as investigações quando elas apontam na direção do Ministério da Fazenda, de modo a preservar a política econômica do governo como a qual concordam. Não estão empenhados, de fato, em levar a investigação até o fim e em todas as direções; não estão empenhados em preservar e em ampliar o pouco de democracia política que conquistamos no Brasil. Colher depoimentos espetaculares sem proceder a investigações rigorosas pode ser um caminho para simular que se está investigando e, ao mesmo tempo, viabilizar um grande acordo que salve quase todos – o governo, a oposição liberal e até mesmo os deputados cujos nomes estão na lista de sacadores das contas de Marcos Valério.

É esse acordo contra a democracia que não podemos aceitar! Investigação pela metade e punições meramente protocolares estimularão a continuidade da ação dissolvente do poder econômico sobre a democracia brasileira e reforçarão a autonomia e a presunção de impunidade de parlamentares, de mandatários do poder executivo, de juizes e de burocratas do Estado. Campanhas eleitorais e deputados continuarão sendo comprados, a política continuará sendo meio para o enriquecimento pessoal e a democracia representativa, uma falsa representação da vontade da maioria. Passado o momento espetacular da crise, regressaremos à normalidade de nossa democracia estiolada pela herança da ditadura, pela corrupção do poder econômico e pela arrogância dos políticos profissionais e dos burocratas.

Exigimos que as investigações prossigam até o fim, inclusive aquelas que apontem em direção à Presidência da República e possam redundar na instauração de um processo de impeachment.

Todos os culpados, corruptos e coruptores, devem ser punidos – inclusive os bancos e empresas, nacionais e estrangeiras, que financiaram essa ultrajante operação de compra de votos e apoio político.

E hora de lutar pela preservação das conquistas democráticas e pela criação e ampliação dos mecanismos de controle popular sobre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. A luta contra a corrupção e pela ampliação da democracia é parte da luta contra o modelo econômico neoliberal e pela melhoria das condições de vida da população brasileira.

Setembro de 2005